



**ATA NÚMERO NOVE (MANDATO DE 2021-2025) DA  
SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE  
CARREGAL DO SAL, REALIZADA NO DIA 27 DE ABRIL  
DE 2023:**\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Aos vinte e sete dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e três, pelas vinte horas, no Salão Nobre Aristides de Sousa Mendes, Edifício dos Paços do Concelho, nesta Vila de Carregal do Sal, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Carregal do Sal, sob a presidência de Cilene Gomes Lindinho, secretariada, respetivamente, por Sérgio Correia Costa Rodrigues, Primeiro Secretário e por Patrícia dos Santos Ribeiro Costa, Segundo Secretário. \_\_\_\_\_

**\_\_\_\_\_ VERIFICAÇÃO DA EXISTÊNCIA DE QUÓRUM. ABERTURA DA SESSÃO. REGISTO DAS PRESENCAS E DAS AUSÊNCIAS DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. \_\_\_\_\_**

\_\_\_\_\_ Verificada a existência de quórum, a Presidente da Assembleia Municipal, Cilene Gomes Lindinho, declarou aberta a reunião, eram precisamente vinte horas. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Foram registadas as faltas, justificadas, dos membros da Assembleia Municipal, Sandra Cristina de Oliveira Cortês, Casimiro Alves Martins Loureiro, António Marques da Costa Pinto e Adelino Morgado Carneiro, substituídos nesta sessão por, respetivamente, Jani Marlene de Sousa Amaral, Francisco Rafael Batista Gouveia, Manuel Cardoso Dias e Henrique Figueiredo de Oliveira Marques. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ A Assembleia Municipal encontrava-se constituída por vinte membros: Cilene Gomes Lindinho, Jani Marlene de Sousa Amaral, Francisco Rafael Batista Gouveia, Paulo Filipe Rodrigues Cristo, Carina Isabel Pereira Pessoa, Rui Manuel Mendes Lopes, António Manuel Lopes Batista, Sérgio Correia Costa Rodrigues, António Jorge Ribeiro de Figueiredo, Elisabeta Maria dos Santos Ribeiro Caldeira, Maria Manuela Ribeiro Rodrigues de Campos, Patrícia dos Santos Ribeiro da Costa, Tiago André Pereira Afonso, José Manuel Abreu



Carvalho, Nuno Miguel Dias Marques, Carlos Alexandre Pais Baptista, Nuno Miguel Pais Seabra, Manuel Cardoso Dias, Carlos Manuel Teles de Almeida Ferreira Bastos e Henrique Figueiredo de Oliveira Marques. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **REGISTO DAS PRESENÇAS E AUSÊNCIAS DO EXECUTIVO CAMARÁRIO.** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Foram registadas as presenças do Presidente da Câmara, Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz, da Vice-Presidente da Câmara, Maria Izabel Ferreira Antunes d’Azevedo da Silva, do Vereador José Dias Batista, da Vereadora Ana Cristina Silva Sousa Borges e do Vereador Luís Humberto da Costa Fidalgo. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **INÍCIO DOS TRABALHOS. ESCLARECIMENTOS.** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ A Presidente da Assembleia Municipal, Cilene Gomes Lindinho, iniciou a sua intervenção apresentando cumprimentos aos membros da Assembleia Municipal, aos membros da Câmara Municipal, ao público presente e a todos os que estavam a seguir os trabalhos via *online* através do portal do Município. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Fez referência às ausências e respetivas substituições e, anuiu ao facto de estarem para aprovação as atas referentes às duas últimas sessões da Assembleia Municipal. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Solicitou, desde logo, a todos que tivessem algum poder de síntese, não deixando de dizer o que pretendiam, por forma a poder cumprir-se a agenda de trabalhos, elaborada com base do expediente, a seguir transcrita: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DIA** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ TRATAMENTO DE ASSUNTOS GERAIS DE INTERESSE AUTÁRQUICO. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **ORDEM DO DIA** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **2. INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA ACERCA DA ATIVIDADE MUNICIPAL E DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO N.º 2 DO



ARTIGO 25.º, DO ANEXO I, DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **PROPOSTAS DA CÂMARA MUNICIPAL** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **3. DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS** \_\_\_\_\_

DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO DE 2022. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO.-

\_\_\_\_\_ **EMPRÉSTIMOS DE MÉDIO E LONGO PRAZOS** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 4. EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZOS DESTINADO AO FINANCIAMENTO DA CRIAÇÃO DOS CONTEÚDOS DA EXPOSIÇÃO PERMANENTE DO MUSEU ARISTIDES DE SOUSA MENDES A INSTALAR NA CASA DO PASSAL. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **5. ENCARGOS PLURIANUAIS** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 5.1. AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA REPARTIÇÃO DE ENCARGOS E ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS RELATIVOS À EMPREITADA “REABILITAÇÃO E APETRECHAMENTO DO CENTRO DE SAÚDE DE CARREGAL DO SAL”. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 5.2. AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA REPARTIÇÃO DE ENCARGOS E ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS RELATIVOS ÀS AMORTIZAÇÕES E JUROS DO EMPRÉSTIMO “REABILITAÇÃO DO CENTRO DE SAÚDE DE CARREGAL DO SAL”. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 5.3. AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA REPARTIÇÃO DE ENCARGOS E ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS RELATIVOS ÀS AMORTIZAÇÕES E JUROS DO EMPRÉSTIMO “ARRANJOS EXTERIORES DA CASA DO PASSAL”. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 5.4. AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA REPARTIÇÃO DE ENCARGOS E ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS RELATIVOS ÀS AMORTIZAÇÕES E JUROS DO EMPRÉSTIMO “AINTAR – FINANCIAMENTO DE OPERAÇÕES NO QUADRO POSEUR”. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. \_\_\_\_\_



——— 5.5. AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA REPARTIÇÃO DE ENCARGOS E ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS RELATIVOS ÀS AMORTIZAÇÕES E JUROS DO EMPRÉSTIMO “CONSTRUÇÃO DE CICLOVIA ENTRE CARREGAL DO SAL E OLIVEIRINHA”. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. —————

——— 5.6. AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA REPARTIÇÃO DE ENCARGOS E ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS RELATIVOS ÀS AMORTIZAÇÕES E JUROS DO EMPRÉSTIMO “REQUALIFICAÇÃO DO EDIFÍCIO DO MERCADO MUNICIPAL” ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. —————

——— 5.7. AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA REPARTIÇÃO DE ENCARGOS E ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS RELATIVOS ÀS AMORTIZAÇÕES E JUROS DO EMPRÉSTIMO “CRIAÇÃO DOS CONTEÚDOS DA EXPOSIÇÃO PERMANENTE DO MUSEU ARISTIDES DE SOUSA MENDES A INSTALAR NA CASA DO PASSAL.” ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. —————

——— ***CUMPRIMENTO DO ARTIGO 51.º DA LEI N.º 73/2013, DE 3 DE SETEMBRO***

——— 6. REABILITAÇÃO E APETRECHAMENTO DO CENTRO DE SAÚDE DE CARREGAL DO SAL. CUMPRIMENTO DO N.º 2, DO ARTIGO 51.º, DA LEI N.º 73/2013, DE 3 DE SETEMBRO. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. —————

——— ***COMUNIDADE INTERMUNICIPAL VISEU DÃO LAFÕES*** —————

——— 7. AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA REPARTIÇÃO DE ENCARGOS E ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS RELATIVOS AO ACORDO DE FINANCIAMENTO DAS ATIVIDADES EXERCIDAS AO ABRIGO DOS CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS RELACIONADAS COM O SISTEMA DE MOBILIDADE E SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. —————

——— ***PROVEDOR DO MUNÍCIPE*** —————



\_\_\_\_\_ 8. RELATÓRIO DE ATIVIDADES. APRECIÇÃO. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 9. **ESPAÇO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 1. TRATAMENTO DE ASSUNTOS GERAIS DE INTERESSE AUTÁRQUICO. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA VINTE E DOIS DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E DOIS.** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ A Presidente da Assembleia Municipal usou da palavra para informar que o projeto da ata da reunião ordinária realizada no dia vinte e dois de dezembro de dois mil e vinte e dois se encontrava em condições de ser votada, porquanto o respetivo documento foi reenviado aos membros da Assembleia Municipal após a receção de contributos. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Colocada em votação, a ata da sessão ordinária realizada no dia vinte e dois de dezembro de dois mil e vinte e dois, foi aprovada por maioria, com a abstenção dos membros Carina Isabel Pereira Pessoa, Francisco Rafael Batista Gouveia, Manuel Cardoso Dias e Rui Manuel Mendes Lopes, e restantes dezasseis votos a favor dos membros Cilene Gomes Lindinho, Jani Marlene de Sousa Amaral, Paulo Filipe Rodrigues Cristo, António Manuel Lopes Batista, Sérgio Correia Costa Rodrigues, António Jorge Ribeiro de Figueiredo, Elisabeta Maria dos Santos Ribeiro Caldeira, Maria Manuela Ribeiro Rodrigues de Campos, Patrícia dos Santos Ribeiro da Costa, Tiago André Pereira Afonso, José Manuel Abreu Carvalho, Nuno Miguel Dias Marques, Carlos Alexandre Pais Baptista, Nuno Miguel Pais Seabra, Carlos Manuel Teles de Almeida Ferreira Bastos e Henrique Figueiredo de Oliveira Marques. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA VINTE E QUATRO DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ A Presidente da Assembleia Municipal usou da palavra para informar que o projeto de ata da sessão ordinária realizada no dia vinte e quatro de fevereiro de dois mil e



vinte e três se encontrava em condições de ser votada, porquanto o respetivo documento foi enviado aos membros da Assembleia Municipal para receção de contributos, os quais foram integrados, após o qual foi novamente enviado a todos os membros da assembleia, pelo que se estaria em condições de votar a referida ata. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Colocada em votação, a ata da sessão ordinária realizada no dia vinte e quatro de fevereiro de dois mil e vinte e três, foi aprovada por maioria, com a abstenção dos membros Carlos Manuel Teles de Almeida Ferreira Bastos, Carlos Alexandre Pais Baptista, Maria Manuela Ribeiro Rodrigues de Campos, Rui Manuel Mendes Lopes e Manuel Cardoso Dias e restantes quinze votos a favor dos membros Cilene Gomes Lindinho, Jani Marlene de Sousa Amaral, Francisco Rafael Batista Gouveia, Paulo Filipe Rodrigues Cristo, Carina Isabel Pereira Pessoa, António Manuel Lopes Batista, Sérgio Correia Costa Rodrigues, António Jorge Ribeiro de Figueiredo, Elisabeta Maria dos Santos Ribeiro Caldeira, Patrícia dos Santos Ribeiro da Costa, Tiago André Pereira Afonso, José Manuel Abreu Carvalho, Nuno Miguel Dias Marques, Nuno Miguel Pais Seabra e Henrique Figueiredo de Oliveira Marques.-

\_\_\_\_\_ O membro Elisabeta Maria dos Santos Ribeiro Caldeira solicitou o uso da palavra, ao que a Mesa anuiu. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ *Elisabeta Maria dos Santos Ribeiro Caldeira* – Apresentou cumprimentos e usou da palavra para solicitar uma retificação à data mencionada na ata de vinte e quatro de fevereiro de dois mil e vinte e três onde constava a data de dia vinte e três. \_\_\_\_\_

#### \_\_\_\_\_ **INFORMAÇÕES DIVERSAS.** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ A Presidente da Assembleia Municipal informou que a documentação de apoio à Assembleia, tinha sido enviada pelo *WeTransfer*, e pelo *Sharepoint* e questionou se havia preferência sobre alguma delas. Acrescentou que efetivamente alguns elementos da Assembleia Municipal continuavam a preferir receber essa documentação em papel, no entanto teríamos que aferir dos custos e do contributo para o meio ambiente informando



que, em relação à presente reunião tinham sido tiradas mais de mil e quatrocentas cópias. Apelou, por isso, à sensibilidade de todos e sugeriu a distribuição de uma cópia por bancada, se assim o entendessem. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Informou depois das suas participações naquele hiato de tempo: nos aniversários da Associação de Parada, da Associação de Alvarelos e na Associação de Pinheiro; na BTL; no convívio Papas e Carolos do Grupo Recreativo e Cultural Zés Pereiras; na reunião da direção da ANAM e Presidentes das Assembleias Municipais do Distrito de Viseu; no Festival das Sopas da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Carregal do Sal; nas Audições da Páscoa das AEC's; na homenagem ao Professor Carlos Adolfo e Feira 4 Estações em Cabanas de Viriato; no lançamento do livro da Professora Célia Cortês, na Biblioteca Municipal; na Visita Pascal na Câmara Municipal; na assinatura do contrato de financiamento para a reconstrução da cobertura da sede da Associação Cultural e Desportiva de Beijós; no Encontro das Cruzes na Ponte sobre o rio Mondego; na reunião do Conselho de Condecorações; nas Comemorações do 25 de Abril e na atribuição do nome ao jardim Professora Amélia Pina. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Relativamente a outros assuntos pendentes, decorrentes de sessões anteriores, referiu-se ao conflito de interesses entre o vereador José Batista e a Salideia, questão levantada pelo membro Sandra Cortês, e sobre o qual solicitou parecer ao departamento jurídico da Câmara Municipal, que iria remeter aos membros da Assembleia Municipal, procedendo à leitura da conclusão nele plasmado, que transcrevemos: " \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ "Pelo exposto, e de acordo com os elementos documentais que foram entregues a este GJ pelos competentes serviços, entende não se verificar o impedimento do Sr. Vereador José Dias Batista previsto na alínea b), n.º 1 do art.º 69.º do CPA, relativamente ao procedimento administrativo do qual resultou a emissão do ato/decisão final (Despacho de 11/10/2022 do Sr. Presidente da Câmara) de compra de dois prédios rústicos situados em



Cabanas de Viriato pelo valor de 15.000€ cada um. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Quanto à Completaquestão, Lda./Salideia Imobiliária, nada consta, nos elementos documentais entregues e analisados, no que é que essa mediação imobiliária concretamente consistiu, a fim de se aferir a situação para os termos do n.º 3 do art.º 69.º do CPA.” \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Relativamente à questão levantada pelo membro Casimiro Loureiro em relação a Vasco Jorge Matias Antunes de Almeida, informou ter promovido uma reunião com o próprio decorrendo da mesma que o eleito não pretendia voltar a exercer as funções de membro da Assembleia Municipal, pelo que se considerava a situação definitivamente resolvida. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Em relação à solicitada reunião de líderes em anteriores reuniões, a Presidente da Assembleia assumiu ainda não ter sido possível fazê-lo, mas mantinha-se esse propósito, prevendo-se que a mesma acontecesse ainda durante o mês de maio. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Prosseguiu para informar que tinha rececionado nesse mesmo dia um pedido de introdução de um ponto na ordem de trabalhos relativo a um aditamento à cedência do direito de utilização dos bens e infraestruturas municipais à AINTAR – Subsistema de Currelos, deixando a sua admissão para votação à consideração do plenário, após a leitura dos respetivos fundamentos. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Colocada a votação, o plenário deliberou por unanimidade admitir a sua admissão na ordem de trabalhos, passando este a constituir o ponto nove da ordem do dia, passando para o ponto dez o Período destinado à Intervenção do Público. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Prosseguiu referindo que foi introduzido um documento de apoio no ponto um – Retificação à deliberação tomada na reunião ordinária de Câmara Municipal, realizada no dia nove de fevereiro de dois mil e vinte e três - justificando a sua introdução naquele momento da agenda de trabalhos por não se enquadrar noutra ponto da agenda





oportunamente elaborada. No seguimento, solicitou ao senhor Presidente da Câmara para que explicasse o motivo da necessidade daquela retificação, passando-lhe de imediato a palavra. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ *Presidente da Câmara Municipal de Carregal do Sal*- Apresentou cumprimentos à mesa, ao plenário e a todos quantos acompanhavam os trabalhos via *online*. Justificou a necessidade de se apreciar este ponto com base no facto de numa primeira fase este empréstimo estar consagrado para a Ciclovia, que terá outra ponderação financeira, mas após uma análise mais cuidada e uma vez que este processo estava a ser reorganizado, foi entendimento consagrar esse empréstimo para os arranjos exteriores da Casa do Passal, para arrancar com a obra o mais cedo possível, por forma a garantir ainda alguma verba do *overbooking* do PT 2020, sendo que o valor deste empréstimo era menor. Explicou que, para ser lançado o processo da empreitada, era necessário existir essa cabimentação e o empréstimo ia permitir isso mesmo. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **USO DA PALAVRA DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, NO PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ A Presidente da Assembleia Municipal declarou depois aberto para discussão este ponto da ordem do dia e outros que entendessem, declarando aberto o período para uso da palavra dos membros da Assembleia Municipal, aceitando inscrições. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ *António Jorge Ribeiro de Figueiredo* – Apresentou cumprimentos. No uso da palavra, chamou a atenção da Mesa, pois, salvaguardando que não se querendo imiscuir na condução dos trabalhos, o que faria sentido era discutir este assunto após o período de antes da ordem do dia. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ A *Presidente da Assembleia Municipal* disse que não poderia ser assim pois o ponto em questão não estava para análise. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ *António Jorge Ribeiro de Figueiredo* - Voltou a usar a palavra para solicitar que



ficasse em ata a discordância pela condução dos trabalhos. Propôs depois que fosse aberto novamente um período para inscrições no período antes da ordem do dia pois alguns elementos da sua bancada não se tinham inscrito, agradecendo que a questão fosse colocada ao plenário. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Prosseguiu propondo que fosse feito um exercício de arqueologia e pseudo-arqueólogos apelando a que mentalmente todos regressassem ao ano de dois mil e quatro, ao dia dezassete de janeiro, data em que se realizou uma Assembleia Municipal extraordinária, realizada em Oliveira do Conde. Referiu-se a um dos pontos analisados nessa sessão e que tinha a ver com o seu pedido de suspensão de mandato, alicerçado no facto de ter existido uma proposta de alteração dos horários das sessões da Assembleia Municipal que, por motivos profissionais, o impediriam de estar presente. Entre a análise feita então constava que o próprio tinha ficado perplexo pelo pedido de suspensão e mandato ter suscitado tantos comentários, conforme plasmado na competente Ata, cujo conteúdo leu perante o plenário. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Aludiu então ao contributo que o membro Casimiro Loureiro propôs à Ata da última sessão da Assembleia do dia vinte e três de fevereiro de dois mil e vinte e três. Referindo-se, em particular, ao acréscimo do conteúdo *“Pensava eu que tinha sido o senhor membro Jorge Figueiredo, o último membro a ter insultado uma senhora deputada, saudosa desta Assembleia Municipal”* era um propósito deselegante e intelectualmente mesquinho cujo único intuito era criar uma espécie de facto político sem qualquer tipo de relevância. Prosseguiu afirmando que não se orgulhava de ter proferido as palavras que tinha proferido em dois mil e quatro – e, por isso, quase imediatamente após o término da Assembleia, se tinha retratado junto da visada. Concluiu para afirmar que não recebia lições de democracia de ninguém, em particular de nenhum membro da Assembleia Municipal; prezava a sua conduta pela nobreza de carácter e amplo respeito democrático. \_\_\_\_\_



———*António Manuel Lopes Batista* - Apresentou cumprimentos. Começou por questionar qual o ponto de situação em relação aos apoios psicológicos e de terapia de fala às crianças identificadas do Agrupamento de Escolas recordando que o autarca tinha ficado de resolver a questão até março do ano em curso.—————

———Prosseguiu referindo que existiam placas toponímicas e outras que necessitavam de intervenção urgente devido ao seu estado de degradação e, em relação às obras da Fundação José Nunes Martins referindo-se a um terreno próximo daquele edifício e que seria de grande utilidade, questionou se foi adquirido ou se, pelo menos, ponderava essa possibilidade.—————

———Relativamente às empresas que foi avançado viriam para o Concelho, questionou quantas se tinham já instalado e quantos postos de trabalho tinham sido criados desde outubro de dois mil e vinte e um.—————

———Por último, dirigiu-se à Presidente da Mesa da Assembleia Municipal dando conta que em dezembro de dois mil e vinte e dois, a Assembleia Municipal tinha aprovado cinco empréstimos de médio e longo prazos – ciclovia Carregal-Oliveirinha, projeto AINTAR, reabilitação do Centro de Saúde, requalificação do Mercado Municipal e ligação à Ecopista ciclovia Aristides de Sousa Mendes - Caminho da Esperança. Em fevereiro do ano em curso, aprovaram-se contratações de empréstimos para grande parte destes projetos, com a exceção do referente à ligação à Ecopista e, no caso, apareceu um novo destinado aos Arranjos Exteriores da Casa do Passal. Prosseguiu para afirmar que os membros aprovaram uma obra que não estava aprovada em reunião de Câmara questionando da sua legalidade pois poderia tratar-se de uma precipitação, ainda que não intencional. Considerou que se estava perante uma situação lamentável que não poderia acontecer. ——

———Sobre a explicação do senhor Presidente relativamente à retificação integrada na agenda de trabalhos daquela sessão, questionou se era legítimo fazê-la sem ter sido



aprovada em reunião de Câmara. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ *Carlos Alexandre Pais Baptista* – Saudou todos os presentes e as pessoas que assistiam aos trabalhos via *online*. Fez depois um reparo à senhora Presidente da Assembleia Municipal pela alteração da data daquela sessão pois tinha ficado definido em Regimento que as sessões seriam na terceira sexta-feira dos respetivos meses. A questão colocava-se porque as juntas de freguesia também tinham assembleias em abril, e essas alterações poderiam trazer constrangimentos, propondo que se tentasse cumprir o que estava definido em Regimento. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ *Presidente da Assembleia Municipal* – Usou da palavra para justificar essa alteração e afirmar que se prendia com o facto de estar agendada para dia vinte e oito uma reunião da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões, em que tinha de estar presente, e por imperativos legais que se prendiam com um financiamento que tinha de ser deliberado naquele dia em reunião de Câmara e em Assembleia Municipal. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ *Carlos Alexandre Pais Baptista* – Voltou a usar a palavra para apresentar a sua preocupação relacionada com um pedido de concessão e exploração de minerais por parte de uma empresa. Recordando que a situação não era nova, pois em tempos já tinha sido apresentado pedido similar da sua parte, tinha ido a Lisboa dialogar com o diretor geral da Energia e Geologia e o Executivo de então também tudo fez para que essa concessão não avançasse, o que efetivamente aconteceu. Agora, lamentavelmente a mesma empresa voltou a solicitar autorização para essa exploração considerando no polígono de intervenção apenas a área da Freguesia de Beijós. Face à situação, apelava ao Presidente da Câmara e à própria Assembleia que fosse assumida uma tomada de posição que fosse ao encontro do desfecho anterior. Continuou para afirmar que entendia a necessidade dessa exploração, mas estava em causa a respetiva localização pois situava-se muito próxima de um empreendimento turístico, da Quinta do Pombal e de habitações, a que



acrescia a proximidade de recursos hídricos. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Continuou a sua intervenção para questionar o Presidente da Câmara se havia novidades relativamente às ansiadas ETAR. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Relativamente ao empréstimo que passaria para os arranjos exteriores da Casa do Passal, questionou se o montante em causa – seiscentos e trinta mil euros - era para a totalidade do projeto. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Prosseguiu para agradecer o esforço do Presidente da Câmara na aprovação da candidatura para a beneficiação da cobertura da sede da Associação de Beijós, que se arrastava desde dois mil e dezoito e que tinha finalmente o desfecho pretendido. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Terminou aludindo às comemorações concelhias do 25 de Abril que, pela primeira vez, consideraram um apontamento na Freguesia de Beijós – a deposição de uma coroa de flores no Monumento aos Antigos Combatentes, pois iam ao encontro do que vinha defendendo e que era a descentralização de algumas atividades, fazendo votos para que se desse continuidade a essa dinâmica. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ *Rui Manuel Mendes Lopes* - Apresentou cumprimentos. Começou a sua intervenção afirmando que reiterava o que foi dito pelo membro Jorge Figueiredo em relação às datas da Assembleia, bem como em relação à ordenação dos pontos da ordem de trabalhos. No seguimento, referiu-se às sessões anteriores da Assembleia Municipal, em que não pôde estar presente devido à alteração de horários e dias previstos das sessões. —

\_\_\_\_\_ Prosseguiu dirigindo-se ao senhor Presidente da Câmara Municipal afirmando que se congratula que a sua ausência nas últimas Assembleias não lhe tenha passado em vão e ter feito uma efusiva evidência desse facto. Por motivos profissionais não tenho podido estar presente, sendo também dificultado pela alteração do dia das Assembleias. É preciso fazer um grande planeamento para poder honrar os meus compromissos porque trabalho longe, mas mesmo assim parece que estou mais presente que o senhor Presidente da



Câmara porque tem feito representar Portugal pelos quatro cantos do mundo. ————— -

————— Referiu-se, depois à Estratégia Local de Habitação para afirmar que estava a ser conduzida de uma forma muito estratega. —————

————— Continuou para afirmar que o senhor Presidente se tem baseado em motivar a bancada do PS a questionar a oposição sobre a apresentação de propostas referindo que a grande maioria ia ao encontro do que o Presidente da Câmara prometeu em campanha eleitoral, pelo que aguardavam a concretização de grande parte dessas, pelo que não pretendem sobrecarregar com mais propostas. —————

————— Referiu-se depois às redes sociais para afirmar que, contrariamente ao que acontecia nalguns pelouros, que não tinham muita fiabilidade, neste domínio o escrutínio continuava de vento em popa aludindo a algumas publicações que tinha elaborado e que tinham causado celeuma. —————

————— Em relação à falta de apresentação de propostas do CICC, alvitrada em sessões anteriores, convidou o senhor Presidente a pôr em prática algumas das que assumiu em campanha eleitoral, e não cumpridas e, nessas situações, já poderia atribuir nomes a obras novas em vez de atribuir novas designações a empreitadas anteriores. —————

————— Concluiu para solicitar esclarecimentos em relação a dois pagamentos efetuados ao advogado Paulo Duarte, que a senhora Vereadora Cristina Borges já tinha igualmente questionado e a que o senhor Presidente tinha respondido afirmando que tinham sido relacionados com o processo da EURORALEX, pois as datas não coincidiam, uma vez que o primeiro pagamento tinha sido feito em setembro de dois mil e vinte e dois e o do processo em causa era de janeiro de dois mil e vinte e três. —————

————— *Carlos Manuel Teles de Almeida Ferreira Bastos* - Saudou o público presente e todos os que acompanhavam os trabalhos via *online*. Na sua intervenção solicitou esclarecimentos sobre o ponto de situação relativo ao alargamento da rede de esgotos que



tanto preocupava os munícipes, ainda mais face ao aumento do montante das taxas. Sendo o senhor Presidente o responsável máximo da AINTAR, apelou a que fossem feitos todos os esforços para se resolver essa situação pois na sua Freguesia ainda existiam cerca de uma centena de fogos sem essas infraestruturas. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Reportou-se depois à comemoração dos trinta e dois anos da ADICES que aconteceu em Carregal do Sal, apesar de a coletividade não ter sede no Concelho, mas entendia ser uma Associação de toda a região, parabenizando-a pelo aniversário e pelo trabalho desenvolvido ao longo destes anos no âmbito da promoção da competitividade regional e do contributo para a coesão territorial. Lembrou que o montante de investimento na região rondava os quarenta e quatro milhões de euros, dos quais mais de metade foram a fundo perdido. Continuou para se referir ao Seminário que decorreu no âmbito dessas comemorações e onde se debateram temas tão importantes como a Estratégia de Desenvolvimento da Adices para os próximos anos, os Atores Públicos e o Território, As Associações de Desenvolvimento Local e os Processos de Desenvolvimento Comunitários, e foi ainda feita uma pré-apresentação da Carta Gastronómica da região elaborada pela conceituada investigadora Olga Cavaleiro. Tinha sido um seminário riquíssimo com vários palestrantes locais, regionais e nacionais e estava em cima da mesa um corte de cerca de 50% das verbas a estas associações de desenvolvimento local. Lamentou o facto de se ter registado uma plateia praticamente vazia e o facto era motivo de vergonha, pois tinham sido muitas as associações e empresas que beneficiaram desses apoios e não estiveram presentes. Considerou que não podemos passar a vida a queixarmo-nos e nada fazer para mudar este estado de coisas e apelou a que cada um pensasse e refletisse sobre o seu papel no meio em que está inserido, salvaguardando que aquela era uma posição pessoal e não da bancada do partido Socialista. Concluiu para lembrar que grandes desafios nos esperam e só com o envolvimento de todos os poderemos superar. \_\_\_\_\_



——— *José Manuel Abreu Carvalho* - Apresentou cumprimentos e iniciou a sua intervenção para corroborar o que o orador anterior tinha proferido acerca do que considerou ter sido demonstrativo de alguma indiferença para com a ADICES, o que era de lamentar.—————

——— Continuou para questionar que medidas robustas foram implementadas ou estão pensadas para o território no sentido de minimizar os impactos nas famílias decorrentes dos tempos conturbados que se vivem neste pós-pandemia, agravados pela Guerra na Ucrânia, refletidos no aumento do custo de vida, na inflação a subir, e que se repercutem, também, ao nível das empresas, do comércio, das organizações, entre as quais destacou as Instituições Particulares de Solidariedade Social.—————

——— Referiu-se, depois, ao mau estado das placas de identificação de localidades e de toponímia do Concelho, que referiu estarem em muito mau estado. A propósito, referiu ainda o mau estado da estrada de Oliveira do Conde, por onde é feito o desvio face à intervenção decorrente das obras da empreitada da Ciclovía Carregal do Sal – Oliveirinha e a falta da sinalização horizontal naquela via, que poderia por em causa a segurança e o bem-estar de todos quantos utilizam aquele percurso. O mesmo se aplicava à estrada de ligação Carregal do Sal/Tondela, troço em que faltava sinalização horizontal e, apesar de saber que essa intervenção era da competência do IP, solicitava os bons ofícios na sensibilização àquela entidade no sentido da necessária intervenção, em prol da segurança. -

——— *Paulo Filipe Rodrigues Cristo* - Apresentou cumprimentos. No uso da palavra evidenciou o trabalho que o associativismo tem feito e faz pelo nosso Concelho, elevando o nosso nome, e que prestigia as nossas gentes e as nossas tradições assumindo-se como o pulmão do nosso Concelho. Depois agradeceu a todos aqueles que saem de casa para manter vivo e dinâmico o associativismo e constatou uma especial atenção da parte do atual Executivo para com as nossas associações sendo notório esse reconhecimento





fundamentado na presença dos seus elementos nas iniciativas promovidos pelas coletividades, promovendo diálogo e estabelecendo parcerias. Salientou mais uma deslocação do senhor Secretário de Estado da Administração Local, Dr. Carlos Miguel ao Concelho, e nesse âmbito destacou a assinatura dos contratos com a Associação do Carnaval de Cabanas de Viriato e com a Associação Recreativa e Cultural de Beijós, atos demonstrativos de que vale a pena lutarmos pelos nossos objetivos e possíveis porque o senhor Presidente se mobiliza nesse sentido. Terminou parabenizando o associativismo do Concelho por se manter dinâmico e vivo. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ *Elisabeta Maria dos Santos Ribeiro Caldeira* – Voltou a usar da palavra para, em nome do movimento CICC, afirmar que lamentavam terem confiado neste Executivo no que dizia respeito ao empréstimo alocado à Casa do Passal que, agora, era alocado para outros fins, e, como tal, demonstravam o seu total desagrado perante tal incongruência. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Aludiu ainda ao aumento dos gastos com pessoal, no montante de um milhão, trezentos e trinta mil euros, que considerou lamentável. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ *Tiago André Pereira Afonso* – Apresentou cumprimentos e começou por destacar as homenagens que têm sido levadas a efeito pelo atual executivo, referindo-se à atribuição do nome da Professora Amélia Pina ao jardim localizado entre a Biblioteca e o Museu Municipais e de Artur Jorge Saraiva, à praça na zona central da vila. Referiu que esses gestos de reconhecimentos faziam toda a diferença pois tinham sido cidadãos que acrescentaram muito ao Concelho, pelo que saudava o Executivo Municipal pela iniciativa e postura adotadas. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Terminou com um apelo às coletividades concelhias no sentido de participarem na plataforma do associativismo, recentemente disponibilizada pelo Executivo com o intuito de ajudar as coletividades. É certo que foi, e é, uma excelente aposta, mas também é necessário que a grande maioria das coletividades a utilize com regularidade,



nomeadamente com a inserção/divulgação das suas atividades para facilitar a colaboração e a comunicação.-----

-----*António Jorge Ribeiro de Figueiredo* – Voltou a usar da palavra para pedir o especial favor no sentido de que o parecer da jurista ficasse integralmente transcrito na Ata da presente sessão.-----

-----A Presidente da Assembleia Municipal, Cilene Gomes Lindinho afirmou que o parecer em causa era muito extenso, pelo que não faria sentido ficar integralmente em Ata, mas faria chegar o documento a todas as bancadas.-----

-----*António Manuel Lopes Batista* – Usou da palavra para, em defesa da honra dos membros da bancada do PSD, responder ao membro Carlos Bastos, que nenhum dos seus elementos tinha recebido o convite para estar presente nas comemorações dos trinta e dois anos da ADICES questionando se efetivamente houve esse convite e a quem tinha sido dirigido.-----

-----*Carlos Manuel Teles de Almeida Ferreira Bastos* - Voltou a usar da palavra para afirmar que apenas tinha feito uma reflexão; não era uma acusação a nenhum dos elementos da Assembleia. Acrescentou que tinha sido um dos convidados possivelmente pelo facto de Freguesia de Oliveira do Conde ter sido uma das beneficiárias de vários projetos da ADICES e, mais recentemente por fazer parte das Aldeias de Portugal e ter feito, através da ADICES, uma candidatura ao programa Condomínios da Aldeia. Terminou reiterando que se tinha tratado apenas de uma reflexão, pois não sabia a quem tinham sido endereçados os convites, e sublinhou que todos deveriam refletir sobre o nosso papel enquanto sociedade pois era nosso dever estar atentos sobre o que nos rodeava e o evento tinha sido devidamente divulgado, quer pela ADICES; quer pela Câmara Municipal.-----

-----Esgotado o período de intervenção dos membros da Assembleia Municipal, a Presidente deu a palavra à Câmara Municipal para responder às questões suscitadas.-----



\_\_\_\_\_ *Presidente da Câmara Municipal* – Iniciou a sua intervenção dirigindo-se ao membro António Batista, para esclarecer que em relação às necessidades no agrupamento de escolas, nomeadamente do apoio da psicologia e terapia da fala, respondeu que, após reuniões com as respetivas entidades envolvidas no processo, estavam a dar resposta a todas as situações, em articulação com o Agrupamento de Escolas de Carregal do Sal, a Associação de Pais, os serviços da ação social da Câmara Municipal e a Associação Mãos Unidas Padre Damião. Acrescentou ainda que tinha sido iniciado o processo do concurso para contratação de mais uma psicóloga para a Câmara Municipal no sentido de garantir um melhor acompanhamento nesta área. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Sobre as placas de toponímia, respondeu que, em relação às que não eram da responsabilidade do Município, foram identificadas e das mesmas foi dado conhecimento às Infraestruturas de Portugal no sentido da competente intervenção. Relativamente às restantes, estava a ser feito um levantamento das necessidades para posterior orçamentação. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Em relação à Fundação José Nunes Martins informou que as obras decorriam finalmente com regularidade, acrescentando que estavam a fazer pressão no sentido da conclusão dos trabalhos dentro do prazo previsto e que o projeto de engenharia para a ampliação da fundação estava concluído e a aguardar a saída de concurso nas respostas sociais inovadoras. Quanto aos terrenos, a Fundação tinha os terrenos suficientes para a ampliação prevista e, portanto, assim que fosse publicado o aviso de abertura para a área da inovação, avançar-se-ia com uma candidatura conjunta com a Associação de Paralisia Cerebral de Viseu. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Quanto às novas empresas no concelho, respondeu que uma delas já estava estabelecida e integrava vinte e cinco funcionários; relativamente às outras duas, esperava que, até ao final do ano, terminassem as obras e iniciassem atividade. \_\_\_\_\_



———Relativamente aos empréstimos, afirmou perceber a confusão que a oposição gerou e possivelmente terão existido algumas informações mal percecionadas. Explicou então que tinha havido a preocupação do Município em arranjar empréstimos para essas obras, pelo que, na primeira fase, foi consultada a banca para cinco empréstimos; numa segunda fase foi apresentado à Assembleia que a banca estava disponível para apoiar aqueles projetos, sendo que o que tinha ido à Assembleia era o propósito de cinco empréstimos, os quatro iniciais que se mantinham e fez-se opção por trocar o que estava consagrado para a Ciclovia Aristides de Sousa Mendes que teria outra forma de financiamento, pelo referente aos Arranjos Exteriores da Casa do Passal que tinha grande urgência em face do estado adiantado da obra, alertando que esta alteração não tinha sido perante a Assembleia onde o processo decorreu sem alteração, mas sim perante a Câmara Municipal, sendo que já estava devidamente esclarecido e retificado. Concluiu para afirmar que não tinha havido nenhuma intenção de enganar ou “passar a perna” a alguém, assumindo que o procedimento foi feito corretamente, não tendo existido qualquer intenção de trapacear ou escamotear fosse o que fosse como a oposição queria fazer crer; tratou-se apenas e tão só de acelerar o processo em relação aos arranjos exteriores da Casa do Passal depois de se conseguir reorganizar o investimento na ciclovia.———

———Ao membro e Presidente da Junta de Beijós, Carlos Baptista respondeu que a Câmara Municipal continuaria a defender a causa, no sentido de não estarem favoráveis à exploração de minerais nas freguesias do Concelho e, por isso, tudo faria para manter esse parecer negativo. Em relação à ETAR de Beijós, informou que os investimentos no ciclo da água estavam em discussão na CIM e nas prioridades da Câmara Municipal continuava a constar a construção da ETAR de Beijós, a ETAR de Cabriz, Parada e Sobral e também ponderar a ETAR zona industrial, pelo que, de momento, discutiam-se as verbas disponíveis no PT 2030 que estariam disponíveis para investimento. Acrescentou, a propósito, que



estava terminada a ETAR de Currelos e que seria inaugurada em breve, pelo que muito em breve estaria completamente operacional e já estava em execução a ETAR de Papízios que se prevê estar pronta até final deste ano. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Sobre o contrato programa assinado entre o governo e a Associação Recreativa e Cultural de Beijós, considerou ser justíssimo o prémio dessa candidatura e estava de parabéns o Presidente da Junta de Freguesia, parabenizando-o pois tinha sido ele o responsável pela candidatura. Sublinhou que, no período de cerca de um ano e cinco meses de exercício, o Município viu aprovados quatro contratos programa neste domínio, situação única no País, pelo que sublinhava e destacava o carinho que o Secretário de Estado da Administração Local, Carlos Miguel tem para com o concelho. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Ao membro Rui Lopes respondeu que gostaria que ele estivesse mais vezes nas sessões da Assembleia referindo que deveria ter a coragem para fazer os comentários e emitir as suas opiniões de forma frontal no plenário e não se esconder nas redes sociais. Lamentou a atitude “pidesca” em relação ao presidente da Câmara Municipal, fazendo insinuações sobre a sua esfera pessoal, o que registava desde o período da campanha eleitoral deixando claro quem era o autor deste desprezível comportamento. Acrescentou que vivíamos no pós vinte e cinco de abril e, por isso, era livre de fazer o que entendesse na sua vida pessoal. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Dirigindo-se ao membro e Presidente da Junta de Freguesia de Oliveira do Conde, Carlos Bastos, disse que o alargamento da rede de esgotos era uma necessidade tremenda, mas o investimento para essas redes era muito elevado e, só para o Concelho, face ao levantamento já elaborado, eram necessários um e meio a dois milhões de euros. Informou que, entre um de novembro e trinta de abril tínhamos tido o apoio dos municípios associados para operar muitos dos ramais e limpezas de fossas e, a partir de um de maio, essa gestão do processo passaria para a AINTAR. Considerou que há décadas atrás se



deveria ter investido também em saneamento em vez de priorizar apenas a construção das estradas, o que lamentava, mas resolver saneamento não dava votos e por isso sempre foi negligenciada, assumindo que ainda existiam muitas fossas a céu aberto, o que envergonhava os políticos e comprometeu-se a fazer de tudo para que através da AINTAR possa deixar o Concelho munido de todas as estruturas e redes de esgotos para resolver este problema, em prol da saúde das pessoas e do ambiente do nosso Concelho. —————

————— Em relação à ADICES, informou que a organização e os respetivos convites foram feitos pela própria considerando que o seminário levado a efeito foi bastante enriquecedor e importante. Acrescentou que o papel da Associação e dos GAL era essencial no desenvolvimento e potencialização do nosso território, lamentando que muitos dos empresários do Concelho, que beneficiaram de fundos perdidos através de processos liderados pela ADICES, não tenham comparecido o que deve fazer pensar em formas de os envolver mais nestes momentos. —————

————— Ao membro José Manuel Carvalho sobre a questão das ajudas às famílias carenciadas nesta fase difícil que o país atravessa, respondeu que aquilo que tem sido feito no Concelho é reforçar os apoios sociais às pessoas e famílias mais carenciadas, que eram medidas micro, pois as medidas macro competiam ao Governo nomeadamente através de outras ajudas ao comércio, indústria e às famílias mais vulneráveis. Solidarizou-se com as preocupações demonstradas a esse nível, demonstrando também as grandes dificuldades que os municípios atravessam com estes aumentos, admitindo que a repercussão financeira para a Câmara Municipal era muito expressiva, sobretudo com aumento sucessivos das taxas juros dos empréstimos assumidos e os preços da matéria-prima. Mas a verdade é que tudo o que era possível fazer-se no Concelho, estava a ser feito referindo, a propósito, a reunião recentemente realizada com a presidente do Banco Alimentar de Viseu, que se disponibilizou para continuarem e reforçar a colaboração com o



concelho, bem como o nosso incentivo ao comércio com a iniciativa “Páscoa no comércio tradicional”. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Relativamente às estradas, partilhava a sua preocupação e informou que, em relação à estrada de Oliveira do Conde, e após reunião com a Infraestruturas de Portugal, foi acordado que, no fim da intervenção da empreitada em curso, essa seria intervencionada e colocada a respetiva sinalização. Sobre a Estrada Regional Duzentos e Trinta até Tondela afirmou que a Câmara Municipal tinha feito todas as diligências possíveis, e, apesar de estar prevista pelas Infraestruturas de Portugal apenas para dois mil e vinte e cinco, a Câmara tinha conseguido pressionar e estava em condições de garantir que, até ao final do primeiro semestre de dois mil e vinte e três, a melhoria do piso e a sinalização estaria garantida, aproveitando para agradecer os esforço e empenhamento do responsável pela rodovia a nível nacional, Jorge Morgado e Nuno Gama, na prossecução desse objetivo. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Ao membro Paulo Cristo, disse concordar com as suas palavras designadamente em relação ao associativismo pois constituía efetivamente a força viva do Concelho. E, por esse motivo, o Executivo continuaria empenhado em enaltecer o trabalho desenvolvido pelas coletividades e, sempre que possível, envolver-se-iam e estariam próximos. Prosseguiu para corroborar a posição em relação ao Secretário de Estado Carlos Miguel que, afirmou, tem sido incansável e muito próximo do Concelho esperando continuar a ter o seu apoio para situações similares e, lembrou, a propósito, que, para além da Associação do Carnaval de Cabanas de Viriato e da Associação Recreativa e Cultural de Beijós, também já tinha sido contemplada a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Carregal do Sal e estava já aprovado o apoio para a Associação Pais em Rede, que iria beneficiar de cerca de cinquenta e dois mil euros para a recuperação do seu espaço, em Travanca de São Tomé. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Em resposta ao membro Elisabeta Caldeira, considerou já ter respondido à



questão levantada sobre o empréstimo. Em relação ao aumento de custos com pessoal claramente tiveram de aumentar pois efetivamente a Câmara Municipal assumiu as competências e os consequentes custos inerentes à transferência de competências nas áreas da Saúde, da Educação e da Ação Social, o que implicou um aumento de, pelo menos, sensivelmente cem trabalhadores, contudo os valores teriam que ser vistos sempre em relação à receita, já que para o aumento da despesa também houve o respetivo aumento da receita com as verbas transferidas pelo estado, ver apenas num sentido é tentar atirar areia para os olhos das pessoas. —————

—————Dirigiu-se depois ao membro Tiago Afonso, agradecendo-lhe as palavras deixadas e confirmar que o reconhecimento e/ou homenagens aos nossos munícipes continuariam a ser uma realidade enquanto estivesse à frente dos destinos do Concelho adiantando que se tratava de um dever do Executivo e, por isso, este ano haveria mais homenagens e no ano seguinte, iriam homenagear, um extraordinário carregalense que tanto fez pelo concelho, um ex-presidente da autarquia Atilio dos Santos Nunes. Quanto à plataforma do associativismo referiu a sua importância e potencial enquanto ferramenta de informação para as coletividades designadamente sobre candidaturas a que se poderiam propor, por exemplo. —————

—————*António Manuel Lopes Batista* - Voltou a usar da palavra para referir que as ações não são devidamente divulgadas e seria pertinente também explicar essa plataforma às coletividades sugerindo reuniões periódicas com os responsáveis das coletividades. —————

—————Solicitou depois mais esclarecimentos em relação aos empréstimos, pois tinha sido aprovada a intenção de empréstimo para a Ciclovía e o mesmo não tinha acontecido em relação ao empréstimo para os arranjos exteriores da Casa do Passal. —————

—————*Carlos Alexandre Pais Baptista* - Voltou a usar da palavra para reiterar a questão relativa ao empréstimo dos arranjos exteriores e perguntar se o valor do empréstimo inicial





era para imputar na totalidade a esses arranjos. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Aproveitou para solicitar a melhor atenção no que dizia respeito à extensão da rede de águas residuais pois mais de cinquenta por cento da área da Freguesia de Beijós não tinha essa cobertura e deveria ser revista a forma como iria ser feita essa extensão por forma a não onerar os custos dos residentes da área urbana. Terminou a sua intervenção agradecendo as palavras que o senhor Presidente lhe dirigiu no que dizia respeito ao contributo na candidatura da Associação de Beijós e outras, afirmando-se sempre disponível para ajudar no que fosse possível. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ *Rui Manuel Mendes Lopes* - Voltou a usar da palavra para sublinhar que o senhor Presidente nunca respondia às suas questões, utilizando a vitimização para camuflar a incapacidade de responder claramente. E reiterou a pergunta: porque é que o senhor Presidente disse que o primeiro pagamento ao advogado Paulo Duarte foi em setembro de dois mil e vinte e dois quando o processo da Euroralex só entrou em janeiro de dois mil e vinte e três. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ *Presidente da Câmara Municipal* – Respondeu de novo ao membro António Batista que todos os empréstimos carecem de validação do Tribunal de Contas, pelo que quem garante a legalidade do procedimento, é o próprio Tribunal, pelo que seriam estes a garantir se o processo foi ou não bem instruído. Sobre a proposta de reunir com as associações e falarem em conjunto sobre a plataforma do associativismo, acolheu essa sugestão de bom grado, salvaguardando que, até ao momento, todas as reuniões solicitadas pelas coletividades tinham sido atendidas. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Ao membro Carlos Baptista respondeu que, em relação aos arranjos exteriores da Casa do Passal, o orçamento eram quinhentos e cinquenta mil euros, mas previam dez por cento ou mais para a revisão de preços. No entanto, a urgência em lançar a obra era fazer o máximo da mesma até outubro/novembro, por forma a diminuir esse investimento e contar



com os apoios do 2020. Caso isso não acontecesse, poderia candidatar essa obra ao 2030, o que se traduziria na não necessidade de fazer uso do empréstimo. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Ao membro Rui Lopes, disse que responde sempre a tudo que tem interesse para o concelho, mas não embarca nas suas constantes insinuações, jamais seria essa a sua forma de estar no exercício do cargo que ocupa, questionou quem eram as suas fontes para ter afirmado que Paulo Duarte era o advogado pessoal do Presidente da Câmara e desafiou-o a assumir publicamente quem lhe tinha dito que o processo da Euroralex tinha dado entrada em dois mil e vinte e três, pois nem uma, nem outra afirmação correspondia à verdade. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ De seguida, a Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado este ponto da ordem do dia. \_\_\_\_\_

#### **ORDEM DO DIA**

#### **2. INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA**

\_\_\_\_\_ APRECIAÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA ACERCA DA ATIVIDADE MUNICIPAL E DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO N.º 2 DO ARTIGO 25.º, DO ANEXO I, DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ A Presidente da Assembleia Municipal, Cilene Gomes Lindinho, usou da palavra para dar a palavra à Câmara Municipal, tendo em vista a apresentação deste ponto da ordem de trabalhos. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ *Presidente da Câmara Municipal* - Usou da palavra para destacar, desde a última sessão da Assembleia Municipal, a Estratégia Local de habitação, com três obras aprovadas; sobre o Centro de Saúde, disse estarem concluídas todas as peças processuais para lançar o concurso contando ter a obra concluída no primeiro semestre de dois mil e vinte e cinco, com o apoio do PRR; sobre a Casa do Aído, onde querem ver instalado um centro de apoio aos refugiados associado à causa de Aristides de Sousa Mendes,



aguardava uma reunião com o advogado da proprietária para aquisição da mesma e, nesse sentido, estavam a diligenciar no sentido de se conseguirem verbas para esse projeto; sobre a Ciclovía, que tinham dado como perdida no enquadramento inicial, afinal, e após reunião com a Secretaria de Estado do Turismo e com a CIM Viseu Dão Lafões, ainda poderia ser viável com uma comparticipação apenas de doze por cento do Município.——

——A Presidente da Assembleia Municipal declarou aberto para discussão este ponto da ordem do dia, aceitando inscrições.——

——*Maria Manuela Ribeiro Rodrigues de Campos* – Saudou todos os presentes e quem assistia aos trabalhos, via *online*. Solicitou, depois, esclarecimentos sobre os estudos geotécnicos realizados no espaço da feira semanal e com que objetivo.——

——*Presidente da Câmara Municipal* - Respondeu que, tal como já tinha sido alvitado, a Câmara Municipal pretendia ali instalar o edifício multifuncional do Município (Estaleiro) e um centro operacional de apoio à proteção civil da região a sul do distrito e, para tal, era necessário termos esse estudo geotécnico. ——

——*Rui Manuel Mendes Lopes* – Solicitou o uso da palavra para questionar onde é que tinha sido feita a remoção de terras no valor de mais de onze mil euros, adjudicado por ajuste direto, à SOCITOP e qual tinha sido a proposta de parceria estabelecida com a educadora Joana Nascimento, questionando se mais alguém tinha sido consultado para tal. ——

——*Presidente da Câmara Municipal* – Em resposta ao membro Rui Lopes esclareceu que a empresa Aquinos tinha tido necessidade de retirar algumas terras do terreno onde se instalou, aquando da construção das suas estruturas no Parque Industrial e colocou essa terra no atual terreno da Portbridge, com a autorização do anterior executivo. Perante isso, e porque a PortBridge necessitava de iniciar as obras de instalação, e nada estava escrito sobre este procedimento, o executivo desta Câmara teve de assumir essa avultada



despesa e para o efeito auscultou o mercado para aferir dos custos de remoção daquela terra e adjudicou o serviço à SOCITOP que foi a empresa que apresentou preço mais baixo.

—Relativamente à questão relacionada com a munícipe Joana Nascimento esclareceu que a munícipe tinha ganho a proposta para o Orçamento Participativo e o pagamento tinha a ver precisamente com a regularização desse processo. —

—Não se registando qualquer pedido de esclarecimento, a Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado este ponto, passando ao ponto seguinte. —

### **PROPOSTAS DA CÂMARA MUNICIPAL**

#### **3. DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS**

DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO DE 2022. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO.-

—A Presidente da Assembleia Municipal, Cilene Gomes Lindinho, deu início ao ponto dando a palavra à Câmara Municipal, tendo em vista a apresentação deste assunto. —

—*Presidente da Câmara Municipal* – Com o recurso a uma apresentação em *PowerPoint*, explanou, de forma sucinta, o seu conteúdo referindo que a situação financeira, que já era equilibrada no passado, continuava equilibrada, elogiando igualmente o trabalho que tem sido feito pela Divisão Financeira da Câmara Municipal, revelador de uma clara dedicação à causa pública. Revelou que o orçamento da receita em 2022 teve um grau de execução de 80,8%, superior ao do ano anterior e que em relação ao orçamento da despesa paga teve um grau de execução de 65,6% também superior ao ano anterior, sendo que o saldo de gerência que transitou para a gerência deste ano era de dois milhões quatrocentos e sete mil e setecentos e trinta e um euros, pelo que estava o executivo de parabéns pelos bons resultados apresentados. —

—A Presidente da Assembleia Municipal declarou aberto para discussão este ponto da ordem do dia, aceitando inscrições. —

—*Maria Manuela Ribeiro Rodrigues de Campos* - Usou da palavra para afirmar que



no Relatório eram apontadas falhas e feitos alguns reparos, mas sobretudo realçava a ênfase que era dada à baixa percentagem de execução orçamental, quer ao nível da despesa, quer da receita. Considerou que as percentagens ficavam muito aquém do expetável. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ *Rui Manuel Mendes Lopes* - Reiterou que o Relatório nada tinha a ver com o que tinha sido afirmado de que estava tudo bem, apesar de não ser alarmante, mas uma percentagem de oitenta por cento, dois anos consecutivos, não eram favoráveis e exigiam muita cautela. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ *Carlos Alexandre Pais Baptista* - No uso da palavra, deixou um reparo relativo ao ano de dois mil e vinte e três apelando a um aumento de investimentos nas freguesias do Concelho, designadamente na sua, sem entrar em demagogias. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ *Presidente da Câmara Municipal* - Iniciou a resposta aos membros, informando que tinha apresentado os dados que comprovam a boa execução, embora gostasse que a percentagem de execução fosse ainda mais alta, mas é uma utopia acreditar que se chega aos cem por cento. No entanto, e comparativamente aos últimos cinco anos, a taxa tinha aumentado substancialmente, o que era muito positivo, reiterando, no entanto, que queria aumentar esse percentual o mais possível. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Ao membro Manuela Campos informou que, em dois anos, tinha aumentado o índice de orçamento em seis milhões, mais de cinquenta por cento, num orçamento que tinha encontrado de onze milhões, pelo que claramente isso revelava que tem havido um maior investimento no concelho e que corresponde a uma efetiva melhoria na taxa de execução, isso é indesmentível pelos números apresentados. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Ao membro Rui Lopes respondeu que continuaria, com a mesma firmeza, a fazer todos os possíveis para comprovar que terá taxas de execução favoráveis ou, pelo menos, as melhores possíveis desenvolvendo o concelho. \_\_\_\_\_



———Ao membro Carlos Batista respondeu que tem feito um grande esforço financeira para dotar as juntas de freguesias de mais meios financeiros para a suas necessidades e projetos e que tudo fará para aumentar os apoios, sempre com equilíbrio orçamental. ——

———Finda a análise deste ponto da ordem de trabalhos, a Presidente da Assembleia Municipal, Cilene Gomes Lindinho, colocou em votação este ponto, tendo-se obtido o seguinte resultado: \_\_\_\_\_

———Contra – 0 (zero) votos \_\_\_\_\_

———Abstenções – 8 (oito) votos \_\_\_\_\_

———A favor –12 (doze) votos. \_\_\_\_\_

———Face à votação, nos termos do número um do artigo quinquagésimo quinto do anexo I da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, a Assembleia Municipal, decorrida votação nominal, deliberou aprovar por maioria, com oito abstenções dos membros Jani Marlene de Sousa Amaral, Rui Manuel Mendes Lopes, Elisabeta Maria dos Santos Ribeiro Caldeira, José Manuel Abreu Carvalho, Francisco Rafael Batista Gouveia, António Manuel Lopes Batista, Maria Manuela Ribeiro Rodrigues de Campos e Nuno Miguel Dias Marques e doze votos a favor dos membros Cilene Gomes Lindinho, Paulo Filipe Rodrigues Cristo, Carina Isabel Pereira Pessoa, Sérgio Correia Costa Rodrigues, António Jorge Ribeiro de Figueiredo, Patrícia dos Santos Ribeiro da Costa, Tiago André Pereira Afonso, Carlos Alexandre Pais Baptista, Nuno Miguel Pais Seabra, Manuel Cardoso Dias, Carlos Manuel Teles de Almeida Ferreira Bastos e Henrique Figueiredo de Oliveira Marques, os Documentos de Prestação de Contas do Ano de dois mil e vinte e dois, nos termos a seguir descritos. \_\_\_\_\_

———Assim, os documentos de prestação de contas, referentes ao período de um de janeiro a trinta e um de dezembro de dois mil e vinte e dois e que se consideram integralmente reproduzidos nesta ata, foram elaborados de acordo com o SNC-AP –



Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, destacando-se:—

——O Balanço, com os seguintes valores: Ativo: 41 226 420,49€ (quarenta e um milhões, duzentos e vinte e seis mil, quatrocentos e vinte euros e quarenta e nove cêntimos); Património Líquido: 35 226 065,93€ (trinta e cinco milhões, duzentos e vinte e seis mil, sessenta e cinco euros e noventa e três cêntimos); Passivo: 6 000 354,56€ (seis milhões, trezentos e cinquenta e quatro euros e cinquenta e seis cêntimos).—————

——A Demonstração de Resultados, com Rendimentos no valor de 10 746 686,91€ (dez milhões, setecentos e quarenta e seis mil, seiscentos e oitenta e seis euros e noventa e um cêntimos); Gastos no montante de 11 627 986,05€ (onze milhões, seiscentos e vinte e sete mil, novecentos e oitenta e seis euros e cinco cêntimos), e um Resultado Líquido de - 881 299,14€ (negativo em oitocentos e oitenta e um mil, duzentos e noventa e nove euros e catorze cêntimos).—————

——A Demonstração de Fluxos de Caixa, com Recebimentos no valor de 10 788 658,49€ (dez milhões, setecentos e oitenta e oito mil, seiscentos e cinquenta e oito euros e quarenta e nove cêntimos); e Pagamentos no montante de 10 878 080,11€ (dez milhões, oitocentos e setenta e oito mil, oitenta euros e onze cêntimos), resultando em - 89 421,62 (negativo em oitenta e nove mil, quatrocentos e vinte e um euros e sessenta e dois cêntimos).—————

——A Demonstração de Desempenho Orçamental, com uma Receita de 13 187 154,77€ (treze milhões, cento e oitenta e sete mil, cento e cinquenta e quatro euros e setenta e sete cêntimos), onde se inclui o saldo transitado da gerência anterior; e Despesa de 10 709 833,41€ (dez milhões, setecentos e nove mil, oitocentos e trinta e três euros e quarenta e um cêntimos), resultando um saldo para a gerência seguinte no valor de 2 477 321,36€ (dois milhões, quatrocentos e setenta e sete mil, trezentos e vinte e um euros e trinta e seis cêntimos).—————



———Os saldos iniciais do ano de dois mil e vinte e dois são nos valores de 2 570 754,37€ (dois milhões, quinhentos e setenta mil, setecentos e cinquenta e quatro euros e trinta e sete cêntimos) de operações orçamentais e 182 645,30€ (cento e oitenta e dois mil, seiscentos e quarenta e cinco euros e trinta cêntimos) de operações de tesouraria, no total de 2 753 399,67€ (dois milhões, setecentos e cinquenta e três mil, trezentos e noventa e nove euros e sessenta e sete cêntimos), e os saldos finais nos montantes de 2 477 321,36€ (dois milhões, quatrocentos e setenta e sete mil, trezentos e vinte e um euros e trinta e seis cêntimos) de operações orçamentais e de 186 656,69€ (cento e oitenta e seis mil, seiscentos e cinquenta e seis euros e sessenta e nove cêntimos) de operações de tesouraria, no total de 2 663 978,05€ (dois milhões, seiscentos e sessenta e três mil, novecentos e setenta e oito euros e cinco cêntimos). —————

#### ————— ***EMPRÉSTIMOS DE MÉDIO E LONGO PRAZOS*** —————

———4. EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZOS DESTINADO AO FINANCIAMENTO DA CRIAÇÃO DOS CONTEÚDOS DA EXPOSIÇÃO PERMANENTE DO MUSEU ARISTIDES DE SOUSA MENDES A INSTALAR NA CASA DO PASSAL. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. —————

———A Presidente da Assembleia Municipal, Cilene Gomes Lindinho, deu início ao ponto dando a palavra à Câmara Municipal, tendo em vista a apresentação deste assunto. ———

———*Presidente da Câmara Municipal* – No uso da palavra afirmou que a Câmara Municipal, perante a requalificação da Casa do Passal, tem-se deparado com questões relacionadas com o seu conteúdo museográfico. Nesse sentido, informou ter reunido com a senhora Presidente da CCDRC - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro solicitando esclarecimentos e pedindo auxílio, da qual resultou um compromisso, da parte da CCDRC, de que iria encontrar-se uma solução para o investimento em causa – um apoio que poderia ir até oitenta e cinco por cento do valor previsto para esses conteúdos e que são de quatrocentos e quinze mil euros, sendo que tal teria de ser





concretizado até final deste ano por forma a ser suportado no PT 2020. Uma vez que, para dar consubstancialização a esta obra, era imperativo lançar concurso e, para tal, seria necessário contrair um empréstimo no imediato, sendo que acredita que nem o vá utilizar, o assunto integrava a ordem de trabalhos daquela sessão para ser apreciado e deliberado. —

———A Presidente da Assembleia Municipal declarou aberto para discussão este ponto da ordem do dia, aceitando inscrições. —————

———*Rui Manuel Mendes Lopes* - No uso da palavra solicitou esclarecimentos sobre o financiamento que estava em causa questionando se seria financiado na íntegra ou apenas numa percentagem. —————

———*Presidente da Câmara Municipal* – Esclareceu que, no âmbito do Portugal 2020, todos os projetos eram financiados em oitenta e cinco por cento, cabendo os restantes quinze por cento ao Município. —————

———Finda a análise deste ponto da ordem de trabalhos, a Presidente da Assembleia Municipal, Cilene Gomes Lindinho, colocou em votação este ponto, tendo-se obtido o seguinte resultado: —————

———Contra – 0 (zero) votos —————

———Abstenções – 8 (oito) votos —————

———A favor – 12 (doze) votos. —————

———Face à votação, nos termos do número um do artigo quinquagésimo quinto do anexo I da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, a Assembleia Municipal, decorrida votação nominal, deliberou aprovar por maioria, com oito abstenções dos membros Jani Marlene de Sousa Amaral, Rui Manuel Mendes Lopes, Elisabeta Maria dos Santos Ribeiro Caldeira, José Manuel Abreu Carvalho, Francisco Rafael Batista Gouveia, António Manuel Lopes Batista, Maria Manuela Ribeiro Rodrigues de Campos e Nuno Miguel Dias Marques e doze votos a favor dos membros Cilene Gomes



Lindinho, Paulo Filipe Rodrigues Cristo, Carina Isabel Pereira Pessoa, Sérgio Correia Costa Rodrigues, António Jorge Ribeiro de Figueiredo, Patrícia dos Santos Ribeiro da Costa, Tiago André Pereira Afonso, Carlos Alexandre Pais Baptista, Nuno Miguel Pais Seabra, Manuel Cardoso Dias, Carlos Manuel Teles de Almeida Ferreira Bastos e Henrique Figueiredo de Oliveira Marques, a proposta apresentada pela Câmara Municipal, referente ao Empréstimo Bancário de Médio e Longo Prazos, destinado ao Financiamento da Criação dos Conteúdos da Exposição Permanente do Museu Aristides de Sousa Mendes a instalar na Casa do Passal, ao BCP – Banco Comercial Português, S.A., nos seguintes termos:—————

————— Montante até 365 000,00€ (trezentos e sessenta e cinco mil euros);—————

————— Prazo total de 5 (cinco) anos, com período de utilização/carência até 24 (vinte e quatro) meses;—————

————— Taxa de juro indexada a Euribor a seis meses;—————

————— Reembolso em prestações semestrais postecipadas, sucessivas, constantes de capital e juros ao saldo;—————

————— Possibilidade de reembolso antecipado da totalidade ou parte do capital em dívida sem penalização para o Município;—————

————— “Spread” de 0,25% (zero vinte e cinco por cento), sendo que, caso acrescido de taxa Euribor negativa assuma valor negativo, será considerado para efeitos de cálculo de juros o valor zero;—————

————— Sem comissão de abertura;—————

————— Garantias de acordo com a legislação em vigor (Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, na sua redação atual).—————

————— Não se registando qualquer pedido de esclarecimento, a Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado este ponto, passando ao ponto seguinte.—————

————— 5. **ENCARGOS PLURIANUAIS**—————



—————5.1 AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA REPARTIÇÃO DE ENCARGOS E ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS RELATIVOS À EMPREITADA “REABILITAÇÃO E APETRECHAMENTO DO CENTRO DE SAÚDE DE CARREGAL DO SAL”. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. —————

—————A Presidente da Assembleia Municipal, Cilene Gomes Lindinho, deu início ao ponto dando a palavra à Câmara Municipal, tendo em vista a apresentação deste assunto sugerindo que fosse feita a apresentação genérica de todos os pontos e se votassem depois, individualmente. —————

—————*Presidente da Câmara Municipal* - Informou que se estava perante um procedimento decorrente da lei, transversal a todos os procedimentos de empréstimo. ———

—————A Presidente da Assembleia Municipal declarou aberto este ponto da ordem do dia, não se tendo registado inscrições, pelo que, de imediato, foi colocado em votação, tendo-se obtido o seguinte resultado: aprovado por unanimidade. —————

—————Face à votação, nos termos do número um do artigo quinquagésimo quinto do anexo I da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, a Assembleia Municipal, decorrida votação nominal, deliberou aprovar por unanimidade a proposta apresentada pela Câmara Municipal, referente aos Encargos Plurianuais – Autorização Prévia da Assembleia Municipal para Repartição de Encargos e Assunção de Compromissos Plurianuais relativos à Empreitada “Reabilitação e Apetrechamento do Centro de Saúde de Carregal do Sal”, para os anos de dois mil e vinte e três, dois mil e vinte e quatro e dois mil e vinte e cinco, ao abrigo das disposições conjugadas no artigo vigésimo quatro e nas alíneas dd) e ccc) do número um do artigo trigésimo terceiro, do anexo I, da Lei número setenta e cinco barra dois mil e vinte e três, de doze de setembro e do artigo vigésimo segundo, números um e seis do Decreto-Lei número cento e noventa e sete barra noventa e nove, de oito de junho, bem como a emissão de autorização prévia para



assunção de compromissos plurianuais em relação aos mesmos anos económicos, nos termos do artigo sexto, número um, alínea c) da Lei número oito barra dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, com a redação dada pela Lei número vinte e dois barra dois mil e quinze, de dezassete de março, nos seguintes termos: \_\_\_\_\_ -

\_\_\_\_\_ Ano de dois mil e vinte e três – 598 206,76€ (quinhentos e noventa e oito mil, duzentos e seis euros e setenta e seis cêntimos), para quatro meses de execução; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Ano de dois mil e vinte e quatro – 920 198,19€ (novecentos e vinte mil, cento e noventa e oito euros e dezanove cêntimos), para doze meses de execução; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Ano de dois mil e vinte e cinco – 499 835,05€ (quatrocentos e noventa e nove mil, oitocentos e trinta e cinco euros e cinco cêntimos), para dois meses de execução. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ A documentação vai ser arquivada em pasta própria. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 5.2 AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA REPARTIÇÃO DE ENCARGOS E ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS RELATIVOS ÀS AMORTIZAÇÕES E JUROS DO EMPRÉSTIMO “REABILITAÇÃO DO CENTRO DE SAÚDE DE CARREGAL DO SAL”. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ No seguimento do plasmado aquando da abertura do ponto cinco, a Presidente da Assembleia Municipal colocou em votação o ponto em apreço, tendo-se registado o seguinte resultado: aprovado por unanimidade. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Face à votação, nos termos do número um do artigo quinquagésimo quinto do anexo I da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, a Assembleia Municipal, decorrida votação nominal, deliberou aprovar por unanimidade o pedido apresentado pela Câmara Municipal, referente aos Encargos Plurianuais – Autorização Prévia da Assembleia Municipal para repartição de encargos e assunção de compromissos plurianuais referentes às amortizações e juros (pagamento de juros e reembolsos de capital) para o período de dois mil e vinte e três a dois mil e quarenta e três,



do Empréstimo Bancário para a Reabilitação do Centro de Saúde de Carregal do Sal, ao abrigo do disposto no artigo trigésimo terceiro, número um, alínea ccc) da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro e artigo vigésimo segundo, números um e seis do Decreto-Lei número cento e noventa e sete barra noventa e nove, de oito de junho, bem como a emissão da autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais em relação aos mesmos anos económicos, nos termos do artigo sexto, número um, alínea c) da Lei número oito barra dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, com a redação dada pela Lei número vinte e dois barra dois mil e quinze, de dezassete de março, repartidos de acordo com o plano previsional de pagamentos apresentado, que se considera parte integrante desta deliberação. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ A documentação vai ser arquivada em pasta própria. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 5.3 AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA REPARTIÇÃO DE ENCARGOS E ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS RELATIVOS ÀS AMORTIZAÇÕES E JUROS DO EMPRÉSTIMO "ARRANJOS EXTERIORES DA CASA DO PASSAL". ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ A Presidente da Assembleia Municipal colocou em votação o ponto em apreço, tendo-se registado o seguinte resultado: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Contra – 0 (zero) votos \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Abstenções – 8 (oito) votos \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ A favor – 12 (doze) votos. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Face à votação, nos termos do número um do artigo quinquagésimo quinto do anexo I da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, a Assembleia Municipal, decorrida votação nominal, deliberou aprovar por maioria com oito abstenções dos membros Jani Marlene de Sousa Amaral, Rui Manuel Mendes Lopes, Elisabeta Maria dos Santos Ribeiro Caldeira, José Manuel Abreu Carvalho, Francisco Rafael



Batista Gouveia, António Manuel Lopes Batista, Maria Manuela Ribeiro Rodrigues de Campos e Nuno Miguel Dias Marques e doze votos a favor dos membros Cilene Gomes Lindinho, Paulo Filipe Rodrigues Cristo, Carina Isabel Pereira Pessoa, Sérgio Correia Costa Rodrigues, António Jorge Ribeiro de Figueiredo, Patrícia dos Santos Ribeiro da Costa, Tiago André Pereira Afonso, Carlos Alexandre Pais Baptista, Nuno Miguel Pais Seabra, Manuel Cardoso Dias, Carlos Manuel Teles de Almeida Ferreira Bastos e Henrique Figueiredo de Oliveira Marques, o pedido apresentado pela Câmara Municipal, referente aos Encargos Plurianuais – Autorização Prévia da Assembleia Municipal para repartição de encargos e assunção de compromissos plurianuais referentes às amortizações e juros (pagamento de juros e reembolsos de capital) para o período de dois mil e vinte e três a dois mil e quarenta e três, do Empréstimo Bancário para os Arranjos Exteriores da Casa do Passal, ao abrigo do disposto no artigo trigésimo terceiro, número um, alínea ccc) da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro e artigo vigésimo segundo, números um e seis do Decreto-Lei número cento e noventa e sete barra noventa e nove, de oito de junho, bem como a emissão da autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais em relação aos mesmos anos económicos, nos termos do artigo sexto, número um, alínea c) da Lei número oito barra dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, com a redação dada pela Lei número vinte e dois barra dois mil e quinze, de dezassete de março, repartidos de acordo com o plano previsional de pagamentos apresentado, que se considera parte integrante desta deliberação. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ A documentação vai ser arquivada em pasta própria. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 5.4 AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA REPARTIÇÃO DE ENCARGOS E ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS RELATIVOS ÀS AMORTIZAÇÕES E JUROS DO EMPRÉSTIMO “AINTAR – FINANCIAMENTO DE OPERAÇÕES NO QUADRO POSEUR”. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. \_\_\_\_\_



\_\_\_\_\_A Presidente da Assembleia Municipal colocou em votação o ponto em apreço, tendo-se registado o seguinte resultado: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Contra – 0 (zero) votos \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Abstenções – 8 (oito) votos \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_A favor – 12 (doze) votos. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Face à votação, nos termos do número um do artigo quinquagésimo quinto do anexo I da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, a Assembleia Municipal, decorrida votação nominal, deliberou aprovar por maioria, com oito abstenções dos membros Jani Marlene de Sousa Amaral, Rui Manuel Mendes Lopes, Elisabeta Maria dos Santos Ribeiro Caldeira, José Manuel Abreu Carvalho, Francisco Rafael Batista Gouveia, António Manuel Lopes Batista, Maria Manuela Ribeiro Rodrigues de Campos e Nuno Miguel Dias Marques e doze votos a favor dos membros Cilene Gomes Lindinho, Paulo Filipe Rodrigues Cristo, Carina Isabel Pereira Pessoa, Sérgio Correia Costa Rodrigues, António Jorge Ribeiro de Figueiredo, Patrícia dos Santos Ribeiro da Costa, Tiago André Pereira Afonso, Carlos Alexandre Pais Baptista, Nuno Miguel Pais Seabra, Manuel Cardoso Dias, Carlos Manuel Teles de Almeida Ferreira Bastos e Henrique Figueiredo de Oliveira Marques, o pedido apresentado pela Câmara Municipal, referente aos Encargos Plurianuais – Autorização Prévia da Assembleia Municipal para repartição de encargos e assunção de compromissos plurianuais referentes às amortizações e juros (pagamento de juros e reembolsos de capital) para o período de dois mil e vinte e três a dois mil e quarenta e três, do Empréstimo Bancário para a AINTAR – Financiamento de Operações no Quadro POSEUR, ao abrigo do disposto no artigo trigésimo terceiro, número um, alínea ccc) da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro e artigo vigésimo segundo, números um e seis do Decreto-Lei número cento e noventa e sete barra noventa e nove, de oito de junho, bem como a emissão da autorização prévia para assunção de



compromissos plurianuais em relação aos mesmos anos económicos, nos termos do artigo sexto, número um, alínea c) da Lei número oito barra dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, com a redação dada pela Lei número vinte e dois barra dois mil e quinze, de dezassete de março, repartidos de acordo com o plano previsional de pagamentos apresentado, que se considera parte integrante desta deliberação. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ A documentação vai ser arquivada em pasta própria. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 5.5 AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA REPARTIÇÃO DE ENCARGOS E ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS RELATIVOS ÀS AMORTIZAÇÕES E JUROS DO EMPRÉSTIMO “CONSTRUÇÃO DE CICLOVIA ENTRE CARREGAL DO SAL E OLIVEIRINHA”. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ A Presidente da Assembleia Municipal, Cilene Gomes Lindinho, colocou em votação este ponto, tendo-se obtido o seguinte resultado: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Contra – 0 (zero) votos \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Abstenções – 8 (oito) votos \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ A favor – 12 (doze) votos. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Face à votação, nos termos do número um do artigo quinquagésimo quinto do anexo I da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, a Assembleia Municipal, decorrida votação nominal, deliberou aprovar por maioria, com oito abstenções dos membros Jani Marlene de Sousa Amaral, Rui Manuel Mendes Lopes, Elisabeta Maria dos Santos Ribeiro Caldeira, José Manuel Abreu Carvalho, Francisco Rafael Batista Gouveia, António Manuel Lopes Batista, Maria Manuela Ribeiro Rodrigues de Campos e Nuno Miguel Dias Marques e doze votos a favor dos membros Cilene Gomes Lindinho, Paulo Filipe Rodrigues Cristo, Carina Isabel Pereira Pessoa, Sérgio Correia Costa Rodrigues, António Jorge Ribeiro de Figueiredo, Patrícia dos Santos Ribeiro da Costa, Tiago André Pereira Afonso, Carlos Alexandre Pais Baptista, Nuno Miguel Pais Seabra, Manuel





Cardoso Dias, Carlos Manuel Teles de Almeida Ferreira Bastos e Henrique Figueiredo de Oliveira Marques, o pedido apresentado pela Câmara Municipal, referente aos Encargos Plurianuais – Autorização Prévia da Assembleia Municipal para repartição de encargos e assunção de compromissos plurianuais referentes às amortizações e juros (pagamento de juros e reembolsos de capital) para o período de dois mil e vinte e três a dois mil e quarenta e três, do Empréstimo Bancário para a Construção de Ciclovia entre Carregal do Sal e Oliveirinha, ao abrigo do disposto no artigo trigésimo terceiro, número um, alínea ccc) da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro e artigo vigésimo segundo, números um e seis do Decreto-Lei número cento e noventa e sete barra noventa e nove, de oito de junho, bem como a emissão da autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais em relação aos mesmos anos económicos, nos termos do artigo sexto, número um, alínea c) da Lei número oito barra dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, com a redação dada pela Lei número vinte e dois barra dois mil e quinze, de dezassete de março, repartidos de acordo com o plano previsional de pagamentos apresentado, que se considera parte integrante desta deliberação. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ A documentação vai ser arquivada em pasta própria. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 5.6 AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA REPARTIÇÃO DE ENCARGOS E ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS RELATIVOS ÀS AMORTIZAÇÕES E JUROS DO EMPRÉSTIMO “REQUALIFICAÇÃO DO EDIFÍCIO DO MERCADO MUNICIPAL” ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ A Presidente da Assembleia Municipal, Cilene Gomes Lindinho, colocou em votação este ponto, tendo-se obtido o seguinte resultado: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Contra – 0 (zero) votos \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Abstenções – 8 (oito) votos \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ A favor – 12 (doze) votos. \_\_\_\_\_



—————Face à votação, nos termos do número um do artigo quinquagésimo quinto do anexo I da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, a Assembleia Municipal, decorrida votação nominal, deliberou aprovar por maioria, com oito abstenções dos membros Jani Marlene de Sousa Amaral, Rui Manuel Mendes Lopes, Elisabeta Maria dos Santos Ribeiro Caldeira, José Manuel Abreu Carvalho, Francisco Rafael Batista Gouveia, António Manuel Lopes Batista, Maria Manuela Ribeiro Rodrigues de Campos e Nuno Miguel Dias Marques e doze votos a favor dos membros Cilene Gomes Lindinho, Paulo Filipe Rodrigues Cristo, Carina Isabel Pereira Pessoa, Sérgio Correia Costa Rodrigues, António Jorge Ribeiro de Figueiredo, Patrícia dos Santos Ribeiro da Costa, Tiago André Pereira Afonso, Carlos Alexandre Pais Baptista, Nuno Miguel Pais Seabra, Manuel Cardoso Dias, Carlos Manuel Teles de Almeida Ferreira Bastos e Henrique Figueiredo de Oliveira Marques, o pedido apresentado pela Câmara Municipal, referente aos Encargos Plurianuais – Autorização Prévia da Assembleia Municipal para repartição de encargos e assunção de compromissos plurianuais referentes às amortizações e juros (pagamento de juros e reembolsos de capital) para o período de dois mil e vinte e três a dois mil e quarenta e três, do Empréstimo Bancário para a Requalificação do Edifício do Mercado Municipal, ao abrigo do disposto no artigo trigésimo terceiro, número um, alínea ccc) da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro e artigo vigésimo segundo, números um e seis do Decreto-Lei número cento e noventa e sete barra noventa e nove, de oito de junho, bem como a emissão da autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais em relação aos mesmos anos económicos, nos termos do artigo sexto, número um, alínea c) da Lei número oito barra dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, com a redação dada pela Lei número vinte e dois barra dois mil e quinze, de dezassete de março, repartidos de acordo com o plano previsional de pagamentos apresentado, que se considera parte integrante desta deliberação.—————



\_\_\_\_\_A documentação vai ser arquivada em pasta própria. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_5.7 AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA REPARTIÇÃO DE ENCARGOS E ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS RELATIVOS ÀS AMORTIZAÇÕES E JUROS DO EMPRÉSTIMO “CRIAÇÃO DOS CONTEÚDOS DA EXPOSIÇÃO PERMANENTE DO MUSEU ARISTIDES DE SOUSA MENDES A INSTALAR NA CASA DO PASSAL.” ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_A Presidente da Assembleia Municipal, Cilene Gomes Lindinho, colocou em votação este ponto, tendo-se obtido o seguinte resultado: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Contra – 0 (zero) votos \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Abstenções – 8 (oito) votos \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_A favor – 12 (doze) votos. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Face à votação, nos termos do número um do artigo quinquagésimo quinto do anexo I da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, a Assembleia Municipal, decorrida votação nominal, deliberou aprovar por maioria, com oito abstenções dos membros Jani Marlene de Sousa Amaral, Rui Manuel Mendes Lopes, Elisabeta Maria dos Santos Ribeiro Caldeira, José Manuel Abreu Carvalho, Francisco Rafael Batista Gouveia, António Manuel Lopes Batista, Maria Manuela Ribeiro Rodrigues de Campos e Nuno Miguel Dias Marques e doze votos a favor dos membros Cilene Gomes Lindinho, Paulo Filipe Rodrigues Cristo, Carina Isabel Pereira Pessoa, Sérgio Correia Costa Rodrigues, António Jorge Ribeiro de Figueiredo, Patrícia dos Santos Ribeiro da Costa, Tiago André Pereira Afonso, Carlos Alexandre Pais Baptista, Nuno Miguel Pais Seabra, Manuel Cardoso Dias, Carlos Manuel Teles de Almeida Ferreira Bastos e Henrique Figueiredo de Oliveira Marques, o pedido apresentado pela Câmara Municipal, referente aos Encargos Plurianuais – Autorização Prévia da Assembleia Municipal para repartição de encargos e assunção de compromissos plurianuais referentes às amortizações e juros (pagamento de



juros e reembolsos de capital) para o período de dois mil e vinte e três a dois mil e vinte e oito, do Empréstimo Bancário para o Financiamento da Criação dos Conteúdos da Exposição Permanente do Museu Aristides de Sousa Mendes a instalar na Casa do Passal, bem como a emissão da autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais em relação aos mesmos anos económicos, nos termos do artigo sexto, número um, alínea c) da Lei número oito barra dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, com a redação dada pela Lei número vinte e dois barra dois mil e quinze, de dezassete de março, repartidos de acordo com o plano previsional de pagamentos apresentado, que se considera parte integrante desta deliberação. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ A documentação vai ser arquivada em pasta própria. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ ***CUMPRIMENTO DO ARTIGO 51.º DA LEI N.º 73/2013, DE 3 DE SETEMBRO***

\_\_\_\_\_ 6. REABILITAÇÃO E APETRECHAMENTO DO CENTRO DE SAÚDE DE CARREGAL DO SAL. CUMPRIMENTO DO N.º 2, DO ARTIGO 51.º, DA LEI N.º 73/2013, DE 3 DE SETEMBRO. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ A Presidente da Assembleia Municipal, Cilene Gomes Lindinho, usou da palavra para dar a palavra à Câmara Municipal, tendo em vista a apresentação deste ponto da ordem de trabalhos. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ *Presidente da Câmara Municipal* – No uso da palavra, esclareceu que era um procedimento que se prendia com uma questão legal explicitando que, no caso, estavam em causa os encargos com a instalação provisória daqueles serviços pois enquanto decorressem as obras era imperativo salvaguardar um espaço para os mesmos. Acrescentou que, uma vez que os montantes ultrapassavam os limites impostos por lei, essa deliberação carecia de aprovação pela Assembleia Municipal. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ A Presidente da Assembleia Municipal declarou aberto para discussão este ponto da ordem do dia, não se tendo registado inscrições, pelo que, de imediato, colocou o



mesmo em votação, tendo-se obtido o seguinte resultado: aprovado por unanimidade. —

— Face à votação, nos termos do número um do artigo quinquagésimo quinto do anexo I da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, a Assembleia Municipal, decorrida votação nominal, deliberou por unanimidade conceder a autorização prévia à execução do projeto da Reabilitação e Apetrechamento do Centro de Saúde de Carregal do Sal, por ultrapassar dez por cento das despesas de investimento previstas no orçamento do exercício, nos termos e para os efeitos do disposto no número dois, do artigo quinquagésimo primeiro da Lei número setenta e três barra dois mil e treze, de três de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais. —

— A documentação vai ser arquivada em pasta própria. —

— **COMUNIDADE INTERMUNICIPAL VISEU DÃO LAFÕES** —

— 7. AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA REPARTIÇÃO DE ENCARGOS E ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS RELATIVOS AO ACORDO DE FINANCIAMENTO DAS ATIVIDADES EXERCIDAS AO ABRIGO DOS CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS RELACIONADAS COM O SISTEMA DE MOBILIDADE E SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. —

— A Presidente da Assembleia Municipal, Cilene Gomes Lindinho, usou da palavra para dar a palavra à Câmara Municipal, tendo em vista a apresentação deste ponto da ordem de trabalhos. —

— *Presidente da Câmara Municipal* - Usou da palavra para esclarecer que o assunto em causa tinha a ver com a questão da delegação de competências à Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões na área da mobilidade e que implicava encargos que seriam repartidos por anos diferentes, pelo que, por imperativos legais, tinham de ser



submetidos à aprovação da Assembleia Municipal, tal como estava a acontecer em todas as Assembleias Municipais das catorze Câmaras que integravam a Comunidade Intermunicipal. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ A Presidente da Assembleia Municipal declarou aberto para discussão este ponto da ordem do dia, não se tendo registado inscrições, pelo que, de imediato, foi o mesmo colocado em votação, tendo-se obtido o seguinte resultado: aprovado por unanimidade. —

\_\_\_\_\_ Face à votação, nos termos do número um do artigo quinquagésimo quinto do anexo I da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, a Assembleia Municipal, decorrida votação nominal, deliberou aprovar por unanimidade o pedido apresentado pela Câmara Municipal, referente à Autorização Prévia da Assembleia Municipal para repartição de encargos e assunção de compromissos plurianuais relativos ao Acordo de Financiamento das atividades exercidas ao abrigo dos contratos Interadministrativos de delegação de competências relacionadas com o sistema de mobilidade e serviço público de passageiros, para os anos de dois mil e vinte e três a dois mil e vinte e oito – Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões, ao abrigo das disposições conjugadas no artigo vigésimo quarto e nas alíneas dd) e ccc) do número um do artigo trigésimo terceiro, do anexo I, da Lei número setenta e cinco barra dois mil e vinte e três de doze de setembro e do artigo vigésimo segundo, números um e seis do Decreto-Lei número cento e noventa e sete barra noventa e nove, de oito de junho, bem como a emissão de autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais em relação aos mesmos anos económicos, nos termos do artigo sexto, número um, alínea c) da Lei número oito barra dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, com a redação dada pela Lei número vinte e dois barra dois mil e quinze, de dezassete de março, com o valor total de 931 954,00€ (novecentos e trinta e um mil, novecentos e cinquenta e quatro euros), repartidos da seguinte forma: \_\_\_\_\_



\_\_\_\_\_ Ano de dois mil e vinte e três – 55 120,00€ (cinquenta e cinco mil, cento e vinte euros);- \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Ano de dois mil e vinte e quatro – 173 178,00€ (cento e setenta e três mil, cento e setenta e oito euros); \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Ano de dois mil e vinte e cinco – 181 321,00€ (cento e oitenta e um mil, trezentos e vinte e um euros); \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Ano de dois mil e vinte e seis – 189 122,00€ (cento e oitenta e nove mil, cento e vinte e dois euros); \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Ano de dois mil e vinte e sete – 197 209,00€ (cento e noventa e sete mil, duzentos e nove euros); \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Ano de dois mil e vinte e oito – 136 004,00€ (cento e trinta e seis mil e quatro euros). - \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ A documentação vai ser arquivada em pasta própria. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **PROVEDOR DO MUNÍCIPE** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 8. RELATÓRIO DE ATIVIDADES. APRECIACÃO. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ A Presidente da Assembleia Municipal, Cilene Gomes Lindinho, introduziu o ponto em apreço, abrindo inscrições para eventuais apreciações dos membros da Assembleia Municipal. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ *António Manuel Lopes Batista* - Solicitou o uso da palavra para registar, com agrado, a receção do Relatório em causa, a quem endereçou cumprimentos. Sobre o mesmo disse nele constarem as preocupações dos munícipes que eram, na grande maioria, as mesmas das apresentadas pela bancada do PSD ao longo do mandato, o que era demonstrativo de que estavam ali para tentarem ajudar a resolver os problemas do Concelho. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ *António Jorge Ribeiro de Figueiredo* – A título pessoal e em nome do Partido



Socialista deu nota pública do excelente trabalho desenvolvido pelo senhor Provedor do Município, o que, aliás, já era expetável, sublinhando a isenção, o rigor e o denodo demonstrados, o que resultava na eficácia e qualidade do trabalho desenvolvido pelo senhor Provedor. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ *José Manuel Abreu Carvalho* – Solicitou o uso da palavra para afirmar estar em perfeita sintonia pelo que tinha sido dito pelos dois oradores que lhe antecederem, pois reconhecia o excelente trabalho desenvolvido pelo senhor Provedor, a quem reconhecia todas as qualidades mencionadas, congratulando-o. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ *Presidente da Câmara Municipal* – Usou da palavra para afirmar que tinha plena consciência de que o executivo tinha feito uma excelente escolha por ter indicado Carlos Jorge Morgado Gomes para o cargo de Provedor. Referiu-se depois às quatro grandes áreas apresentadas designadamente estradas; o barulho noturno em zona central da vila; o sombreamento no Parque Alzira Cláudio e a necessidade da fibra ótica, sobre as quais fez o ponto de situação relativo às diligências entretanto desencadeadas. \_\_\_\_\_

#### \_\_\_\_\_ **AIN TAR** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 9. APROVAÇÃO DO ADITAMENTO À CEDÊNCIA DO DIREITO DE UTILIZAÇÃO DOS BENS E INFRAESTRUTURAS MUNICIPAIS À AIN TAR – SUBSISTEMA DE CURRELOS. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ A Presidente da Assembleia Municipal, Cilene Gomes Lindinho, introduziu o ponto em apreço lembrando que, de acordo com a votação da sua introdução na ordem de trabalhos, estariam em condições de proceder à sua análise e deliberação. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Declarou então aberto para discussão este ponto da ordem do dia, não se tendo registado inscrições, pelo que, de imediato, foi o mesmo colocado em votação, tendo-se obtido o seguinte resultado: aprovado por unanimidade. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Face à votação, nos termos do número um do artigo quinquagésimo quinto do anexo I da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, a





Assembleia Municipal, decorrida votação nominal, deliberou aprovar por unanimidade, a proposta apresentada referente ao Aditamento à Cedência do Direito de Utilização dos Bens e Infraestruturas Municipais à AINTAR – Associação de Municípios para o Sistema Intermunicipal de Águas Residuais de Carregal do Sal, Santa Comba Dão, Tábua e Tondela, do Subsistema de Currelos, nas suas componentes da Estação de Tratamento de Águas Residuais, Estações Elevatórias e Redes. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ A documentação vai ser arquivada em pasta própria. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **10. ESPAÇO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ ESPAÇO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ A Presidente da Assembleia Municipal declarou aberto o espaço destinado à intervenção do público, não se tendo registado quaisquer inscrições. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **APROVAÇÃO, EM MINUTA, DE DELIBERAÇÕES NOS TERMOS DO NÚMERO TRÊS DO ARTIGO QUINQUAGÉSIMO SÉTIMO, DO ANEXO I, DA LEI NÚMERO SETENTA E CINCO BARRA DOIS MIL E TREZE, DE DOZE DE SETEMBRO.** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ A Presidente da Assembleia Municipal, Cilene Gomes Lindinho, informou que tendo em vista a eficácia dos assuntos deliberados, iria proceder à leitura da minuta das deliberações dos pontos três, quatro, cinco (cinco ponto um, cinco ponto dois, cinco ponto três, cinco ponto quatro, cinco ponto cinco, cinco ponto seis, cinco ponto sete), seis, sete, oito e nove da ordem do dia. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ A Presidente da Assembleia Municipal, Cilene Gomes Lindinho, colocou em votação esta minuta, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ A Assembleia Municipal encontrava-se constituída por vinte membros: Cilene Gomes Lindinho, Jani Marlene de Sousa Amaral, Francisco Rafael Batista Gouveia, Paulo Filipe Rodrigues Cristo, Carina Isabel Pereira Pessoa, Rui Manuel Mendes Lopes, António Manuel Lopes Batista, Sérgio Correia Costa Rodrigues, António Jorge Ribeiro de Figueiredo,



Elisabeta Maria dos Santos Ribeiro Caldeira, Maria Manuela Ribeiro Rodrigues de Campos, Patrícia dos Santos Ribeiro da Costa, Tiago André Pereira Afonso, José Manuel Abreu Carvalho, Nuno Miguel Dias Marques, Carlos Alexandre Pais Baptista, Nuno Miguel Pais Seabra, Manuel Cardoso Dias, Carlos Manuel Teles de Almeida Ferreira Bastos e Henrique Figueiredo de Oliveira Marques. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **ENCERRAMENTO.** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Esgotada a ordem do dia, a Presidente da Assembleia Municipal, Cilene Gomes Lindinho, desejou a todos a continuação de uma boa noite. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Depois, deu por encerrada a sessão quando eram zero horas e cinco minutos. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ E, para constar, se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos membros da Mesa. \_\_\_\_\_

A Presidente da Assembleia Municipal,

\_\_\_\_\_  
*Cilene Gomes Lindinho.*

O Primeiro Secretário,

\_\_\_\_\_  
*Sérgio Correia Costa Rodrigues.*

A Segunda Secretária,

\_\_\_\_\_



*Patrícia dos Santos Ribeiro da Costa.*